

**SABERES TRADICIONAIS DAS CAMPONESAS RIBEIRINHAS NA COLETA DO
CAMARÃO: TERRITORIALIDADE FEMININA NO PARANÁ DO SUPIÁ
MANACAPURU/AM**

**TRADITIONAL KNOWLEDGE OF RIVERSIDE PEASANT WOMEN IN SHRIMP
HARVESTING: FEMALE TERRITORIALITY IN THE PARANÁ DO SUPIÁ,
MANACAPURU/AM**

**CONOCIMIENTOS TRADICIONALES DE LAS CAMPESINAS RIBEREÑAS EN LA
COSECHA DE CAMARÓN: TERRITORIALIDAD FEMENINA EN PARANÁ DO SUPIÁ,
MANACAPURU/AM**



10.56238/revgeov16n5-248

Francisca Maria Rodrigues Pereira

Mestre em Geografia

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: francis_manaca@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4670864359392695>

RESUMO

Este artigo analisa os saberes tradicionais das camponesas ribeirinhas envolvidas na pesca do camarão no Paraná do Supiá, em Manacapuru/AM, buscou identificar as práticas, técnicas e conhecimentos utilizados pelas mulheres na coleta e no beneficiamento do camarão para compreender de que forma esses saberes são transmitidos entre gerações e incorporados ao cotidiano ribeirinho e trata de investigar o papel desses saberes na sustentabilidade da pesca artesanal e na economia doméstica, procura discutir a territorialidade feminina expressa nas práticas de pesca e na ocupação dos espaços ribeirinhos. Destacando sua importância para a organização do trabalho, a sustentabilidade ambiental e a produção de territorialidades femininas. A pesquisa de abordagem qualitativa e inspiração etnográfica, baseou-se em observação participante, entrevistas narrativas e registro das práticas cotidianas de pesca. Os resultados evidenciam que o saber-fazer das mulheres expresso na interpretação das águas, no uso de técnicas artesanais e na transmissão intergeracional de conhecimentos, constitui um elemento central da economia doméstica e da reprodução do modo de vida ribeirinho. Conclui-se que esses saberes, apesar de invisibilizados, desempenham papel estratégico na gestão sustentável do recurso e na construção de territórios de resistência feminina no Paraná do Supiá.

Palavras-chave: Mulheres Ribeirinhas. Pesca Artesanal. Saberes Tradicionais. Territorialidade. Amazonas.

ABSTRACT

This article analyzes the traditional knowledge of riverside women involved in shrimp fishing in Paraná do Supiá, in Manacapuru/AM, It sought to identify the practices, techniques, and knowledge used by women in collecting and processing shrimp to understand how this knowledge is transmitted between generations and incorporated into daily riverside life. It also investigates the role of this



knowledge in the sustainability of artisanal fishing and the domestic economy, seeking to discuss female territoriality expressed in fishing practices and the occupation of riverside spaces. It highlights its importance for the organization of work, environmental sustainability, and the production of female territoriality. The qualitative and ethnographically inspired research was based on participant observation, narrative interviews, and records of daily fishing practices. The results show that women's know-how, expressed in their interpretation of the waters, use of artisanal techniques, and intergenerational transmission of knowledge, is a central element of the domestic economy and the reproduction of the riverside way of life. It is concluded that this knowledge, although invisible, plays a strategic role in the sustainable management of resources and in the construction of territories of female resistance in Supiá.

Keywords: Riverside Women. Artisanal Fishing. Traditional Knowledge. Territoriality. Amazonas.

RESUMEN

Este artículo analiza los conocimientos tradicionales de las campesinas ribereñas dedicadas a la pesca de camarón en Paraná do Supiá, Manacapuru/AM. Se buscó identificar las prácticas, técnicas y conocimientos que utilizan las mujeres en la cosecha y el procesamiento del camarón para comprender cómo estos conocimientos se transmiten entre generaciones y se incorporan a la vida cotidiana de las comunidades ribereñas. También investiga el papel de estos conocimientos en la sostenibilidad de la pesca artesanal y la economía doméstica, abordando la territorialidad femenina expresada en las prácticas pesqueras y la ocupación de los espacios ribereños. Se destaca su importancia para la organización del trabajo, la sostenibilidad ambiental y la producción de territorialidades femeninas. La investigación cualitativa, de inspiración etnográfica, se basó en la observación participante, entrevistas narrativas y el registro de las prácticas pesqueras cotidianas. Los resultados muestran que los conocimientos de las mujeres, expresados en la interpretación de las aguas, el uso de técnicas artesanales y la transmisión intergeneracional de conocimientos, constituyen un elemento central de la economía doméstica y la reproducción del modo de vida ribereño. Se concluye que este conocimiento, a pesar de estar invisibilizado, desempeña un papel estratégico en la gestión sostenible del recurso y en la construcción de territorios de resistencia femenina en Paraná do Supiá.

Palabras clave: Mujeres Ribereñas. Pesca Artesanal. Conocimientos Tradicionales. Territorialidad. Amazonas.



1 INTRODUÇÃO

A pesca artesanal do camarão no Paraná do Supiá, localizado no município de Manacapuru/AM, constitui uma atividade central para a reprodução social, econômica e cultural das famílias ribeirinhas. Dentro desse contexto, as mulheres desempenham um papel fundamental, ainda que frequentemente invisibilizado pelas estatísticas formais e políticas públicas de pesca. O presente capítulo analisa os saberes tradicionais das camponesas pescadoras, reconhecendo essas práticas como formas legítimas de conhecimento e como expressão de territorialidade feminina na várzea amazônica.

Os saberes tradicionais das mulheres camponesas ribeirinhas do Paraná do Supiá constituem um patrimônio imaterial fundamental para compreender a pesca artesanal do camarão na região de Manacapuru. Esses conhecimentos, construídos e transmitidos ao longo de gerações, orientam práticas cotidianas relacionadas à captura, ao beneficiamento e à comercialização do camarão, revelando uma profunda relação entre o modo de vida das pescadoras e as dinâmicas naturais do ambiente amazônico.

Tais saberes incluem a interpretação das águas tais como a capacidade de interpretar sinais da enchente, da cor das águas do rio, do movimento das folhas e da direção das correntes, bem como o domínio das técnicas de pesca, o reconhecimento dos locais mais produtivos e a interpretação dos ciclos reprodutivos do camarão. Esses elementos não se restringem ao campo técnico, mas incorporam dimensões simbólicas, afetivas e territoriais que moldam a identidade das mulheres e reforçam o sentimento de pertencimento ao território ribeirinho.

Ao analisar esses conhecimentos, evidencia-se que a pesca do camarão, embora muitas vezes invisibilizada em políticas públicas ou estatísticas oficiais, é central para a manutenção da economia doméstica e da autonomia das camponesas. Os saberes femininos, por sua vez, constituem um eixo estruturante das práticas sustentáveis no território, pois regulam o tempo da pesca, o tamanho das capturas e os cuidados mínimos de preservação, garantindo a continuidade da atividade. Assim, estudar os saberes tradicionais das pescadoras de camarão Paraná do Supiá significa também reconhecer formas alternativas de manejo, territorialidade e epistemologias locais que sustentam a vida ribeirinha.

Os saberes tradicionais das mulheres pescadoras do Paraná do Supiá revelam um conjunto de práticas, percepções e técnicas transmitidas entre gerações, que orientam a coleta e o manejo sustentável do camarão na várzea amazônica. Esses conhecimentos incluem a interpretação das águas, o domínio das enchentes e a escolha dos pontos de pesca, articulando dimensões econômicas, territoriais e culturais que sustentam o modo de vida das camponesas ribeirinhas.

Os saberes tradicionais das mulheres pescadoras do Paraná do Supiá constituem um elemento estruturante da vida ribeirinha amazônica, mas permanecem historicamente invisibilizados nos estudos sobre pesca artesanal, gênero e território. Essa lacuna é reforçada pela predominância de análises centradas no trabalho masculino e por políticas públicas que desconsideram a participação feminina na economia da pesca. Investigar os conhecimentos das camponesas pescadoras permite reconhecer



formas locais de manejo sustentável, estratégias de sobrevivência e sentidos de pertencimento que sustentam a reprodução social das comunidades ribeirinhas.

Assim, o estudo contribui para ampliar o debate sobre territorialidades femininas, economia camponesa e sustentabilidade na Amazônia, oferecendo elementos científicos relevantes para pesquisas, políticas socioambientais e para a valorização cultural das mulheres do Paraná do Supiá. Como os saberes tradicionais das camponesas ribeirinhas do Paraná do Supiá estruturam a coleta do camarão e contribuem para a organização do trabalho, a sustentabilidade ambiental e a territorialidade feminina na região?

O objetivo geral busca analisar os saberes tradicionais das camponesas ribeirinhas do Paraná do Supiá relacionados à coleta de camarão, destacando sua importância para a organização do trabalho, a manutenção do território e a reprodução do modo de vida local. Tendo como objetivos Específicos identificar as práticas, técnicas e conhecimentos utilizados pelas mulheres na coleta e no beneficiamento do camarão, compreender de que forma esses saberes são transmitidos entre gerações e incorporados ao cotidiano ribeirinho, investigar o papel desses saberes na sustentabilidade da pesca artesanal e na economia doméstica, discutir a territorialidade feminina expressa nas práticas de pesca e na ocupação dos espaços ribeirinhos.

2 ESTADO DA ARTE

A pesca artesanal amazônica tem sido analisada por autores como Furtado (2013), Diegues (2000), Lima (2004) que destacam a relação intrínseca entre práticas produtivas e conhecimento ecológico local. Esses estudos apontam que o manejo pesqueiro tradicional não é aleatório, mas fundamentado em observações refinadas do ambiente. A interpretação das águas, a interpretação das enchentes e o respeito aos ciclos reprodutivos dos peixes e crustáceos constituem formas sofisticadas de conhecimento.

No campo dos estudos de gênero, autoras como Woortmann (1995), Paulilo (2016) e Scott (1999) enfatizam que o trabalho feminino no meio rural é frequentemente subvalorizado, embora seja central para a economia doméstica e para a organização social das comunidades. Na Amazônia, pesquisas de Oliveira (2020) e Trindade (2015) destacam o protagonismo das mulheres ribeirinhas em atividades como agricultura, extrativismo e beneficiamento de produtos.

A geografia crítica, com Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Sack (1986) e Almeida (2009), contribui para a compreensão da territorialidade como construção social mediada por práticas, relações e significados. Quando aplicada às mulheres pescadoras, essa perspectiva evidencia que a produção do território ocorre não apenas por meio da exploração material, mas também pela memória, pela circulação cotidiana e pelos afetos.



A literatura sobre conhecimentos tradicionais (Santos, 2007; Fraxe 2007; Pereira2007; Witkoski 2007) reforça que comunidades ribeirinhas desenvolvem sistemas próprios de manejo adaptativos, capazes de promover sustentabilidade em ambientes complexos como a Amazônia. Entretanto, poucos estudos se debruçam especificamente sobre o saber feminino na pesca do camarão, o que evidencia a originalidade e relevância do seu recorte.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo busca compreender, de maneira integrada, o modo de vida das camponesas ribeirinhas pescadoras do Paraná do Supiá, no município de Manacapuru/AM, a partir de sua relação com a pesca do camarão, com o território e com as dinâmicas socioambientais que estruturam sua existência cotidiana. Considerando que a pesquisa se insere no campo da Geografia Humana, com ênfase nos estudos de território, gênero e práticas tradicionais, optou-se por uma abordagem qualitativa, ancorada em referenciais teórico-metodológicos que valorizam a experiência vivida, a memória, a observação direta e os vínculos construídos entre pesquisadora e comunidade.

O método científico aqui apresentado articula técnicas de campo, análise documental, procedimentos de registro sistemático e métodos de interpretação de narrativas, considerando os princípios éticos e políticos que orientam pesquisas junto a populações ribeirinhas da Amazônia. A pesquisa utiliza a abordagem qualitativa de inspiração etnográfica, adequada para compreender relações sociais, práticas econômicas tradicionais e percepções sobre o território. A opção pela etnografia ampliada se justifica pela necessidade de acompanhar o cotidiano das pescadoras, observar os gestos técnicos envolvidos na pesca do camarão, registrar as dinâmicas familiares, produtivas e ambientais, compreender territorialidades construídas por mulheres ribeirinhas. A abordagem qualitativa permite interpretar significados, expressões culturais e formas de organização social que dificilmente seriam captadas por metodologias exclusivamente quantitativas.

A pesquisa enquadra-se como: Exploratória, por tratar de um tema pouco investigado no contexto amazônico, o protagonismo feminino na pesca do camarão em áreas de várzea. Descritiva, ao buscar detalhar práticas produtivas, usos do território e estratégias de reprodução social. Explicativa, ao identificar os fatores socioambientais e econômicos que condicionam o modo de vida das pescadoras. Esse conjunto de classificações permite uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado.

O local da investigação é o Paraná do Supiá, afluente do rio Solimões, caracterizado por ambientes de várzea sazonalmente inundáveis, presença de comunidades ribeirinhas com forte dependência dos recursos aquáticos, práticas de pesca artesanal consolidadas há gerações. A escolha da área decorre do papel central da pesca do camarão na economia doméstica das famílias, especialmente no trabalho realizado pelas mulheres. As participantes são camponesas ribeirinhas



pescadoras que atuam diretamente na captura, beneficiamento e comercialização do camarão. São mulheres responsáveis por atividades fundamentais na cadeia produtiva e na manutenção do modo de vida familiar. Além das pescadoras, foram consideradas entrevistas com lideranças comunitárias, atravessadores/pequenos comerciantes.

4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A observação participante permitiu acompanhar saídas de pesca, preparo dos apetrechos (pescadeiras, paneiros, varas, embarcações), rotinas domésticas vinculadas ao trabalho, deslocamentos no rio, lagos e nos igapós, momentos de comercialização do camarão. Os registros foram realizados em diário de campo, com anotações sistemáticas sobre comportamentos, técnicas, temporalidades, relações de gênero, conflitos e práticas territoriais. Foram conduzidas entrevistas visando registrar trajetórias de vida, compreender significados atribuídos ao trabalho, identificar estratégias de resistência e autonomia feminina, compreender percepções sobre mudanças ambientais (cheias, seca, erosão, períodos de defeso). As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com enfoque temático-interpretativo.

Utilizou-se a técnica da história oral temática, resgatando memórias sobre o início da pesca do camarão na comunidade, transmissão de saberes entre gerações, papel das mulheres nas transformações socioeconômicas do Paraná do Supiá. Essa perspectiva permitiu identificar continuidades e rupturas no modo de vida. Imagens foram utilizadas como recurso de documentação dos ambientes naturais, registro dos instrumentos de pesca, apoio à análise das atividades produtivas. As fotografias também auxiliaram na construção das descrições densas do campo.

Procedimentos de Análise dos Dados se ancoraram nas narrativas das entrevistas que foram organizadas em eixos: Trabalho e divisão sexual das atividades, território, territorialidade e pertencimento, Estratégias econômicas familiares, saberes tradicionais e práticas de pesca, mudanças ambientais e desafios atuais. Essa análise permitiu identificar padrões, contradições e especificidades das experiências das pescadoras. A interpretação dos dados considerou categorias da Geografia Humana (território, territorialidade, paisagem, lugar); relações de poder no uso dos recursos naturais, conexões entre ambiente, economia e cultura. A análise dialoga com autores como Raffestin, Lacoste, Milton Santos, José de Souza Martins e pesquisadoras feministas da Amazônia. A pesquisa seguiu os princípios éticos de estudos sociais: consentimento livre e esclarecido garantia de anonimato, quando solicitado, respeito às práticas e valores locais, retorno dos resultados à comunidade por meio de rodas de conversa e materiais de divulgação.



5 RESULTADOS E ANÁLISE

Os resultados apresentados aqui derivam de entrevistas semiestruturadas, observação participante, diários de campo e registro fotográfico produzido entre os anos de 2023 e 2025 na comunidade ribeirinha do Paraná do Supiá. O foco recai sobre o modo de vida das camponesas pescadoras, suas territorialidades, seus saberes tradicionais e suas estratégias de reprodução social. Os dados evidenciam a centralidade das mulheres na cadeia produtiva do camarão, revelando aspectos invisibilizados pela literatura e pelas estatísticas oficiais sobre a pesca artesanal amazonense.

5.1 A PESCA COMO EIXO ESTRUTURANTE DO MODO DE VIDA

As camponesas ribeirinhas entrevistadas reconhecem que a pesca do camarão constitui o eixo central da economia doméstica. Em mais de 80% dos relatos, a pescaria é mencionada como “meio de vida”, “sustento” ou “ajuda principal da família”. A pesca aparece, portanto, não como atividade complementar, mas como base da reprodução social. O cotidiano das mulheres segue o ritmo do rio, coordenando: horários do nascer do sol, deslocamento para os pontos de coleta, beneficiamento no terreiro ou na beira do rio, cozimento, venda na comunidade, em Manacapuru ou a atravessadores. O trabalho feminino organiza o tempo familiar e garante estabilidade mínima de renda.

Apesar de as mulheres realizarem a maior parte das etapas da cadeia produtiva, muitas ainda se auto definem como “ajudantes”, reproduzindo a lógica patriarcal da invisibilidade. Contudo, na prática, são elas que: organizam a saída para o rio, controlam o material (peneira, pescadeira, paneiros), identificam os locais mais produtivos, realizam a peneiração, beneficiam e comercializam. Os homens aparecem mais fortemente em etapas relacionadas ao esforço físico de deslocamento ou conserto de embarcações. Ainda assim, a pesquisa revela que a pesca do camarão é predominantemente feminina, no sentido técnico, territorial e simbólico.

5.2 A INTERPRETAÇÃO DAS ÁGUAS COMO DOMÍNIO ESPECIALIZADO

Um dos resultados mais fortes da pesquisa é a constatação de que as pescadoras possuem um domínio altamente preciso da interpretação das águas. Esse saber se manifesta em elementos como: tonalidade da água (“água escura”, “água barrenta”, “água limpa”), força da correnteza, movimento das folhas na superfície, comportamento dos peixes, variação da enchente e da “estiagem”. As mulheres descreveram técnicas que não aparecem em manuais científicos, mas que funcionam como sofisticados instrumentos de navegação ecológica. Esse etnoconhecimento constitui uma territorialidade feminina específica, que redefine a compreensão geográfica do espaço ribeirinho.



5.3 PONTOS DE PESCA: O MAPA MENTAL DAS MULHERES

Foram identificados, nas narrativas, mais de dez pontos tradicionais de coleta de camarão. Esses pontos não existem como coordenadas formais, mas como referências simbólicas: “no barranco da Dona Maria”, “na boca do igarapé”, “no poço do Gamboa”. O território do Paraná do Supiá é, assim, cartografado pela experiência, uma geografia do vivido que não se limita a mapas oficiais. Cada pescadora possui seu próprio “mapa mental”, que orienta onde e quando pescar, onde há mais camarão e onde se deve evitar devido à mata caída ou presença de jacaré. As pescadoras adaptam suas rotinas à sazonalidade das águas: na enchente, o camarão “corre mais”, permitindo menos coleta na seca, deve-se ir mais raso no rio na vazante, há maior risco de atoleiro e galhadas. Essas temporalidades estruturam não apenas o trabalho, mas os ciclos familiares e comunitários, evidenciando que o território é uma construção temporal e não apenas espacial.

5.4 CADEIA PRODUTIVA DO CAMARÃO E AUTONOMIA ECONÔMICA FEMININA

O beneficiamento é uma das etapas mais trabalhosas e ao mesmo tempo mais valorizadas pelas pescadoras. Envolve seleção do camarão, lavagem, cozimento, secagem ao sol e armazenamento. As mulheres criam verdadeiras “tecnologias sociais” para secar o camarão em estruturas improvisadas no quintal, com palha, peneiras suspensas e uso do próprio calor do ambiente. Essas técnicas são transmitidas entre gerações e diferem significativamente das técnicas industriais.

A pesquisa demonstra que a renda proveniente do camarão pode representar entre 30% e 70% da renda familiar, dependendo da estação. Muitas mulheres relatam que o dinheiro da pescaria é usado para compra de alimentos, materiais escolares, vestuário, medicamentos, melhorias no domicílio. A autonomia econômica das pescadoras é percebida não apenas no dinheiro que ganham, mas na capacidade de decidir sobre seu uso. Isso se alinha a discussões feministas sobre autonomia e empoderamento no contexto rural amazônico.

Um dos resultados relevantes foi a identificação da forte presença de intermediários na compra do camarão. Muitos atravessadores definem o preço do produto, resultando em ganho reduzido para as pescadoras. Apesar disso, algumas mulheres têm desenvolvido estratégias para vender diretamente na cidade, melhorando sua margem de lucro. Os resultados mostram que meninas começam a aprender a pescar cedo, entre 8 e 10 anos de idade. A transmissão ocorre pela observação, pela repetição das técnicas, por conselhos das mães e avós, nos momentos de trabalho coletivo. Esse processo gera forte sentido de identidade e continuidade cultural. As mulheres afirmam que “o corpo sabe” quando o camarão está mais próximo. Isso inclui sentir a água pelas pernas, perceber o peso da peneira, reconhecer o cheiro da água, usar o tato para identificar camarões maiores. Esses saberes corporais desafiam a dicotomia entre “trabalho manual” e “conhecimento intelectual” e reforçam o papel das pescadoras como especialistas ambientais.



As entrevistadas relatam o aumento da força da correnteza em alguns períodos, variações inesperadas no nível do rio, diminuição de algumas espécies de camarão presença crescente de lixo nas margens. As percepções revelam vulnerabilidade socioambiental e reforçam a necessidade de políticas de manejo mais participativas. Enfatizam que não têm acesso a políticas públicas específicas, raramente aparecem nas estatísticas da pesca, não recebem apoio técnico ou financeiro, enfrentam dificuldades para acessar créditos produtivos. A invisibilidade institucional contrasta com a centralidade do trabalho feminino para a economia local. Esses resultados indicam que a pesca do camarão é essencial à reprodução social das famílias ribeirinhas com isso, o trabalho feminino é mais amplo e significativo do que reconhecido formalmente. As mulheres detêm saberes tradicionais de alta complexidade bem como a territorialidade feminina redefine a compreensão do espaço ribeirinho.

A discussão dos resultados obtidos nesta pesquisa busca estabelecer um diálogo crítico entre o material empírico produzido nas vivências de campo e o arcabouço teórico mobilizado no Marco Teórico. Tal articulação permite compreender de forma integrada as relações entre territorialidade, gênero, saberes tradicionais e sustentabilidade, elementos fundamentais para interpretar o modo de vida das camponesas ribeirinhas pescadoras de camarão do Paraná do Supiá. Os resultados revelam que as pescadoras participam, de maneira decisiva, da construção do território, da produção da vida e da manutenção da pesca artesanal do camarão. Estes achados corroboram e, em alguns pontos, ampliam as reflexões desenvolvidas pela geografia crítica, pela geografia feminista e pelos estudos amazônicos.

5.5 A CENTRALIDADE DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

Os dados de campo demonstram que as mulheres do Supiá produzem e sustentam territorialidades próprias, configuradas pela prática cotidiana da pesca e pela leitura sensível do ambiente. Essa constatação está em sintonia com Raffestin (1993), para quem o território é o resultado da ação humana mediada pelo poder e pelas relações sociais. Ao interpretarem a água, escolherem pontos de pesca, organizarem o beneficiamento e comercializarem o camarão, as mulheres tornam-se agentes diretas da construção territorial.

Entretanto, esta territorialidade feminina não é reconhecida institucionalmente, uma vez que o discurso hegemônico de Estado, políticas públicas e estatísticas oficiais privilegia categorias masculinas de “pescador”. Com embarcação, apetrechos modernos e produção voltada ao mercado, isso reitera o argumento de Sack (1986) de que a territorialidade está sempre atravessada por relações de poder, e que certos grupos têm seus territórios reconhecidos enquanto outros são invisibilizados.

Os resultados evidenciam que as pescadoras constroem uma relação com o território que não se manifesta por meio de fronteiras rígidas, mas por práticas cotidianas, trilhas aquáticas, pontos de coleta e ritmos ambientais. Esta leitura dialoga com a compreensão de território como experiência,



presente na geografia humanista e fenomenológica (Tuan, 1977; Merleau-Ponty, 1945), destacando o papel do corpo, do movimento e da percepção sensorial. A territorialidade feminina, portanto, não é apenas espacial, ela é também temporal, simbólica e afetiva. É vivida na repetição das práticas, na memória dos lugares e na transmissão intergeracional dos saberes.

Conforme revelaram os dados, embora as mulheres desempenhem praticamente todas as etapas da cadeia produtiva do camarão, muitas ainda se identificam como “ajudantes”. Tal contradição confirma a análise de Joan Scott (1986), que aponta o gênero como uma categoria útil para compreender desigualdades estruturais — inclusive aquelas internalizadas pelos próprios sujeitos. A autodescrição como “ajudante” não diminui sua centralidade no processo produtivo; pelo contrário, evidencia como a divisão sexual do trabalho é naturalizada no cotidiano ribeirinho. Isso reforça os estudos de Doreen Massey (1994) e McDowell (1999), que criticam a ideia de que o trabalho feminino é periférico. No contexto amazônico, essa crítica tem ainda mais força, dada as condições históricas de invisibilização das mulheres rurais e ribeirinhas.

Outro ponto relevante é a sobreposição entre trabalho produtivo (pesca, beneficiamento e venda do camarão) e trabalho reprodutivo (cuidado da casa, dos filhos, preparo de alimentos). Tal sobreposição ecoa as reflexões de Silvia Federici (2017) sobre como o sistema capitalista depende da exploração do trabalho reprodutivo feminino. No Supiá, essa sobrecarga de trabalho é naturalizada, mas é também compensada pela autonomia que a renda proveniente da pesca proporciona. Isso revela uma ambiguidade: as mulheres são simultaneamente exploradas e empoderadas por meio da pesca.

Os resultados demonstram que as pescadoras possuem uma habilidade refinada de interpretar sinais do ambiente, força da correnteza, tonalidade da água, movimentação das folhas, variações da correnteza. Esses conhecimentos não constituem apenas técnicas empíricas, mas um sistema complexo de saberes, que poderia ser definido como uma epistemologia ribeirinha feminina. Essa constatação dialoga com Toledo e Barrera-Bassols (2008), que destacam que sistemas de conhecimento tradicional têm lógica própria, coesa e profundamente enraizada na experiência com o ambiente. No Paraná do Supiá, esses saberes sustentam a pesca do camarão, fortalecem a identidade coletiva e reforçam o sentimento de pertencimento territorial. A noção de “o corpo sabe”, frequentemente mencionada pelas pescadoras, aproxima-se das reflexões de Merleau-Ponty (1945) sobre o corpo como mediador da experiência espacial. O corpo torna-se instrumento de leitura ecológica: sentir a água, perceber a profundidade, avaliar a força da peneira. Esses saberes corporais são formas de conhecimento situado (Haraway, 1988) — um conhecimento que emerge de uma posição social específica (a mulher ribeirinha pescadora) e que não pode ser substituído por saberes externos ou técnicos institucionais.

A centralidade do beneficiamento realizado por mulheres confirma a análise de que elas detêm controle sobre as etapas mais especializadas da produção, cozimento, secagem, e acondicionamento. Tais práticas representam uma forma de tecnologia social (Dagnino, 2004), construída no âmbito



doméstico, acessível e adaptada ao contexto amazônico. A autonomia financeira proporcionada pelo camarão confere às mulheres um papel decisivo nas decisões domésticas. Esse achado confirma os argumentos de autoras feministas que tratam da relação entre trabalho e autonomia (Saffioti, 1987; Kergoat, 2009): o trabalho produtivo permite às mulheres negociar poder dentro da família e fortalecer sua participação social. Porém, essa autonomia é limitada pela dependência de atravessadores, que controlam preços e ditam condições de venda. Assim, a autonomia é real, mas relativa.

5.6 SUSTENTABILIDADE COMO PRÁTICA COTIDIANA

As pescadoras não falam de “sustentabilidade” nos termos técnicos da academia, mas suas práticas são, na essência, sustentáveis. Elas respeitam os ciclos reprodutivos, evitam capturar camarões pequenos e evitam áreas degradadas. Essa postura confirma a ideia de Berkes (2018) sobre sistemas socioecológicos baseados em conhecimento tradicional. As mulheres identificam mudanças ambientais significativas: aumento da força das águas, variações bruscas no nível do rio, presença de lixo e redução de algumas espécies de camarão. Esses relatos reforçam diagnósticos sobre mudanças climáticas e impactos locais na Amazônia. Essa percepção sensível revela que as mulheres são também sentinelas ambientais, seu trabalho permite identificar transformações antes mesmo que dados técnicos sejam produzidos. Apesar de sua importância central, as pescadoras não são reconhecidas formalmente como agentes produtivas. Os resultados confirmam a crítica de Lefebvre (1974) sobre como estruturas institucionais reforçam desigualdades sociais de gênero. No Supiá, essa invisibilidade se manifesta de diversas formas: ausência em registros de pesca; dificuldade de acesso a créditos; falta de equipamentos adequados; políticas públicas voltadas ao “pescador homem”.

Há um descompasso entre as práticas ribeirinhas e as políticas públicas, que costumam privilegiar modelos industrializados de produção. Essa tensão revela a disputa simbólica entre conhecimento tradicional (local) e conhecimento técnico (externo), reforçando discussões de Escobar (1998) sobre o colonialismo epistemológico.

A discussão demonstra que as pescadoras do Supiá produzem território e reproduzem vida, articulando práticas de trabalho, saberes ambientais e redes de sociabilidade. Elas detêm saberes tradicionais de alta complexidade, que constituem uma epistemologia local. Sua autonomia econômica é significativa, mas limitada por estruturas patriarcais e comerciais. Elas são peças centrais na sustentabilidade da pesca do camarão. Sua invisibilidade institucional contrasta com sua importância real no sistema produtivo. Assim, a pesca do camarão no Supiá não é apenas uma atividade econômica, mas um modo de vida feminino, profundamente territorializado, ambientalmente sensível e culturalmente estruturante.



6 CONCLUSÕES

As reflexões empreendidas ao longo deste trabalho permitiram compreender, com profundidade, que a pesca artesanal do camarão, realizada majoritariamente por mulheres camponesas ribeirinhas do Paraná do Supiá, constitui muito mais do que uma prática econômica ou produtiva: trata-se de uma forma de vida ancorada em relações sociais, saberes tradicionais, territorialidades femininas e estratégias de resistência diante das dinâmicas contemporâneas que atravessam a Amazônia. As conclusões aqui apresentadas sintetizam esse percurso, articulando os achados empíricos às referências teóricas que sustentam a análise, especialmente as contribuições de Claude Raffestin, Yves Lacoste, Robert Sack e das epistemologias feministas e decoloniais.

Além disso, os resultados evidenciam que o território do Paraná do Supiá não deve ser compreendido apenas como um recorte físico-natural, mas como uma construção social, simbólica e política, mobilizada cotidianamente pelas pescadoras em suas práticas de manejo, circulação e sociabilidade. Os espaços de pesca, os igarapés, lagos, as áreas de várzea e os pontos de coleta são marcados por um processo contínuo de territorialização feminina, no qual o domínio sobre as águas, o conhecimento dos ciclos hidrológicos e a interpretação dos sinais do ambiente se convertem em instrumentos de poder, autonomia e afirmação identitária. Nesse sentido, a territorialidade das mulheres pescadoras confirma a perspectiva de Raffestin, segundo a qual o território é produzido pelo trabalho, pela energia e pelas relações estabelecidas com o espaço. No caso em análise, relações pautadas pela cooperação, pela reciprocidade e pela permanência no/do lugar.

Outra conclusão relevante diz respeito ao papel dos saberes tradicionais femininos como elementos estruturantes de sustentabilidade socioambiental no território. Os achados empíricos demonstram que as pescadoras detêm conhecimentos minuciosos sobre o comportamento do camarão, os períodos de reprodução, os efeitos da cheia e da vazante, a qualidade da água e os critérios de captura que garantem a continuidade do recurso. Esses saberes, longe de serem intuitivos ou meramente empíricos, constituem um arcabouço complexo transmitido por gerações, construído na experiência, na observação e no diálogo entre mulheres. Essa constatação reforça a literatura que reconhece o conhecimento tradicional como forma legítima de produção de ciência e como base para práticas de manejo sustentável, desafiando paradigmas tecnicistas que historicamente invisibilizaram a contribuição das mulheres amazônicas para a conservação dos ecossistemas.

A pesquisa também mostrou que o trabalho feminino na pesca do camarão é atravessado por desigualdades estruturais de gênero, especialmente no que se refere à distribuição das tarefas, à divisão sexual do trabalho, ao acesso a políticas públicas e à visibilidade da atividade. As mulheres assumem múltiplas jornadas (pesca, beneficiamento, cuidado com a família, gestão da renda doméstica) e enfrentam barreiras para acessar créditos, equipamentos e programas governamentais, apesar de serem as principais responsáveis pela manutenção econômica das unidades familiares. Essa realidade



confirma análises feministas sobre a invisibilização do trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres rurais e ribeirinhas, reiterando a urgência de políticas sensíveis a gênero que reconheçam a centralidade do protagonismo feminino nas cadeias produtivas da pesca.

Do ponto de vista territorial, conclui-se que a pesca do camarão funciona como eixo articulador da vida cotidiana no Paraná Supiá. O território se constitui a partir das práticas de coleta, das redes de sociabilidade, das trocas solidárias e das formas de uso do espaço que expressam o que Sack denomina territorialidade como “estratégia humana para afetar, influenciar e controlar espaço e recursos”. No caso das pescadoras, essa territorialidade se dá de modo não hegemônico, relacional e comunitário, fortalecendo a permanência e a reprodução social das famílias ribeirinhas em um cenário marcado por pressões ambientais, expansão urbana e transformações socioeconômicas.

Adicionalmente, a análise revelou que a pesca do camarão opera como elemento estruturante de pertencimento e identidade. As mulheres não apenas pescam para sobreviver, mas para reafirmar sua ligação espiritual, afetiva e histórica com o rio. A pesca se apresenta como prática que educa, socializa e orienta o modo de ser das camponesas ribeirinhas, organizando ritmos, narrativas e memórias coletivas. Esse sentido profundo de pertencimento reforça o que autores amazônicos e decoloniais destacam que os povos tradicionais constroem sua existência a partir da relação inseparável entre corpo, território e natureza.

Por fim, a pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer políticas públicas integradas que considerem a especificidade da pesca do camarão e o protagonismo das mulheres. As pescadoras do Supiá ainda enfrentam desafios estruturais como a falta de equipamentos adequados, fragilidades na cadeia de comercialização, ausência de reconhecimento formal de sua profissão e impactos ambientais associados a mudanças climáticas, erosão das margens e alterações no regime hidrológico. Uma política territorial voltada ao fortalecimento da pesca artesanal feminina poderia promover segurança econômica, autonomia e preservação ambiental.

Portanto, a tese conclui que o modo de vida das camponesas ribeirinhas pescadoras do Paraná do Supiá é inseparável do território que produzem e dos saberes que mobilizam. A pesca do camarão se revela como prática que articula economia, cultura, identidade, sustentabilidade e poder, constituindo um sistema complexo que deve ser compreendido de forma integrada. Reconhecer esse protagonismo feminino e valorizar seus conhecimentos representa não apenas um avanço científico, mas um passo fundamental para a construção de políticas inclusivas, justas e ambientalmente responsáveis para a Amazônia.

A partir dessas conclusões, torna-se evidente que a permanência das famílias ribeirinhas e a sustentabilidade do território dependem diretamente da valorização das mulheres que mantêm viva a pesca do camarão. Suas práticas, territorialidades e saberes constituem não apenas o presente, mas a possibilidade de futuros sustentáveis para o Paraná do Supiá e para a Amazônia como um todo. As



recomendações a seguir foram formuladas a partir dos resultados empíricos e da literatura discutida, alinhando-se à realidade das pescadoras de camarão do Paraná do Supiá e às demandas mais amplas das comunidades ribeirinhas amazônicas.

A pesquisa evidencia que a pesca do camarão no Paraná do Supiá constitui não apenas uma atividade econômica, mas um eixo organizador da vida social, territorial e identitária das mulheres ribeirinhas. Nesse contexto, recomenda-se, em nível governamental, o reconhecimento formal da pesca do camarão como atividade central das trabalhadoras, garantindo-lhes cadastro, certificação profissional e pleno acesso a benefícios sociais, crédito, seguro defeso e direitos previdenciários. Políticas públicas sensíveis à perspectiva de gênero tornam-se essenciais, incluindo capacitações, apoio técnico, equipamentos adequados e linhas de financiamento voltadas às pescadoras. Também é prioritário fortalecer a cadeia produtiva, com melhorias estruturais para beneficiamento, armazenamento e comercialização, além da construção de protocolos de manejo participativo que integrem os saberes tradicionais das mulheres e promovam a proteção ambiental diante das dinâmicas climáticas cada vez mais intensas.

No âmbito comunitário, recomenda-se o fortalecimento de associações e redes de solidariedade entre ribeirinhas, ampliando o poder de negociação e a autonomia econômica das pescadoras. A valorização e o registro dos saberes tradicionais são fundamentais para preservar e divulgar práticas culturais e técnicas que sustentam historicamente esse modo de vida. Para pesquisadores e instituições acadêmicas, destaca-se a necessidade de ampliar estudos sobre a pesca feminina na Amazônia, produzindo conhecimento que articule gênero, território e sustentabilidade. Sugere-se também o desenvolvimento de tecnologias sociais e pesquisas aplicadas em parceria com as pescadoras, reconhecendo a coautoria dos sujeitos locais. Por fim, recomenda-se a criação de programas de extensão que aproximem estudantes da realidade amazônica, contribuindo para uma formação crítica e comprometida com as populações tradicionais. Essas recomendações reforçam que o fortalecimento da pesca do camarão, sob a ótica das mulheres ribeirinhas, depende da articulação entre políticas públicas, organização comunitária, valorização cultural e produção científica comprometida com a realidade amazônica.



REFERÊNCIAS

- Becker, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- Diegues, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2000.
- Federici, S. O ponto zero da revolução. São Paulo: Elefante, 2017.
- Haesbaert, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 (tradução baseada na 4ª ed. francesa de 2000).
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- Little, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais na Amazônia. Brasília: MMA, 2002.
- Maneschy, M. C. Mulheres na pesca artesanal amazônica. Belém: UFPA, 1995.
- Raffestin, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- Scott, J. Gênero: uma categoria útil de análise. 1995.

